

O MOMENTO ATUAL DO NORDESTE: PERMANÊNCIAS E MUDANÇAS, DESAFIOS E OPORTUNIDADES

The current moment in the northeast: continuities and changes, challenges and opportunities

Tania Bacelar de Araujo

Economista. Doutora em Economia Pública e Desenvolvimento Regional pela Universidade de Paris I. Professora Emérita da Universidade Federal de Pernambuco. Sócia da CEPLAN Consultoria. taniabacelar@gmail.com

1 INTRODUÇÃO

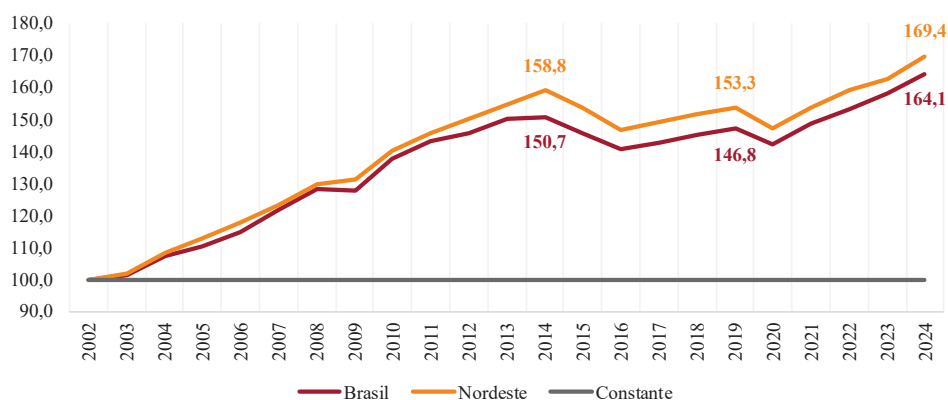
O Nordeste está se reposicionando no contexto nacional, nas décadas recentes. Embora guarde marcas importantes de sua trajetória histórica, experimenta momento positivo e de disrupções relevantes. Isso ganha relevo num mundo mergulhado em importante crise ambiental e que experimenta profundas transformações políticas, econômicas e socioculturais. Destacar importantes permanências e identificar mudanças em curso no Nordeste – dialogando com macrotendências mundiais – é o objetivo central do presente artigo.

2 PERMANÊNCIAS RELEVANTES

O Nordeste, abrigando 27% da população brasileira estimada pelo IBGE para 2025 e respondendo apenas por 14% do PIB do País, reafirma o hiato que permanece como seu desafio central, pois a ele se associam a dificuldade de inserção produtiva de parte importante de sua população e os entraves para melhorar indicadores sociais relevantes.

Esse hiato vem se reduzindo muito lentamente (Celso Furtado o estimou em 13%), posto que a economia nordestina passou a acompanhar de perto a dinâmica da economia nacional, superando-a nas décadas mais recentes, como mostra o gráfico a seguir.

Gráfico 1 – Brasil e Nordeste: Número-índice do volume do PIB 2000 a 2024 (2000 =100)



Fonte: IBGE (Contas Regionais 2005 a 2022; Contas Nacionais Trimestrais 2023) e Banco Central do Brasil (IBC-R Nordeste 2023 e 2024).

No entanto, dadas heranças históricas relevantes, esse desempenho recente não se mostra minimamente suficiente para romper com desigualdades internas relevantes, nem para alterar significativamente a posição do Nordeste no País. Na maioria dos indicadores sociais do Brasil, quando mapeados, o endereço preferencial das piores situações é o Nordeste, em especial seus espaços rurais.

O bloqueio do acesso à terra rural e urbana, os baixos níveis de escolarização da maioria da população – destaque para rural – e as carências na oferta de infraestrutura e serviços a elas associados – destaque para a social – são elementos explicativos proeminentes.

3 MUDANÇAS EM CURSO: OPORTUNIDADES E DESAFIOS

Num ambiente mundial marcado por profundas transformações, tão numerosas e intensas que se pode considerar a emergência de uma “nova era”, o Brasil é fortemente impactado, e o Nordeste aproveita as oportunidades e enfrenta os desafios desses novos tempos.

A mudança de maior relevância é identificada no seu amplo território semiárido, onde se inscreve o bioma caatinga (único no mundo). Sua ocupação secular havia gerado uma estrutura socioeconômica especial, baseada no grande latifúndio pecuário, dentro do qual se inscreviam duas outras atividades importantes: a produção do algodão voltado para a indústria têxtil e que interagia com uma agricultura alimentar, produzida em regime de parceria e que assegurava a sobrevivência da maioria da população rural.

Ocorre que o algodão começou a desaparecer desse arranjo nos anos finais do século XX, pela disputa com a importação em tempos de abertura comercial dos anos Collor e depois pelo impacto da praga do bicudo. Hoje, ele sobrevive em fazendas especializadas nesse produto, com o empresário atento à bolsa de mercadorias mundial. O algodão não está mais “embutido” no latifúndio pecuário (Araujo, 1995). Por sua vez, a pecuária continua a dominar, mantendo intacta a velha estrutura latifundiária, vez que a reforma agrária não tem merecido destaque nas políticas públicas, inclusive nas décadas recentes.

Outra mudança central na caatinga merece destaque: o avanço do conhecimento sobre a importância da sua fauna e, sobretudo, da sua flora, potencial que não se valorizava anteriormente. Isso desmonta a velha imagem do semiárido como território do solo rachado cercado de plantas cinzentas, atingido por secas periódicas que provocavam crise econômica grave e tragédia social.

Hoje se tem uma leitura completamente diferente dessa sub-região nordestina, dado o potencial do bioma caatinga para novas atividades produtivas, em tempos de avanço da bioeconomia (Araujo, 2014).

Isso faz o Bioma Caatinga dialogar com o debate atual sobre a Amazônia. Os dois biomas estão em momento semelhante: o padrão anterior vai tender a desaparecer, e um novo padrão está se impondo. Para a Amazônia hoje, a proposta é “floresta em pé, população urbana concentrada em determinados territórios e um choque de bioeconomia”. (Becker, 2009) Mas essa trilogia também se aplica ao Bioma Caatinga: caatinga em pé (ou seja, livre da desertificação – que tem avançado), cidades médias se estruturando em certos pontos do território, e a bioeconomia viabilizando a exploração de vários produtos desse bioma, sem falar do potencial para a agricultura de alimentos saudáveis. Essa é uma mudança que ainda não é muito valorizada em análises sobre esse território, mas que vem se impondo nos anos recentes. Os estudos disponíveis e os agentes envolvidos na luta contra a desertificação apontam, por exemplo, a agroecologia e a agrofloresta como caminhos para estratégias futuras.

Outro fato novo é a presença do Projeto de Integração do São Francisco (PISF), que está levando água para o Nordeste Oriental, onde, de fato, existe escassez relativa de água. Importante iniciativa, pois a água transportada encontra manchas férteis de terra que não eram usadas porque não se dispunha desse recurso, que agora existe. Um exemplo pode ser visto nas várzeas de Sousa, no sertão da Paraíba. Portanto, há um potencial latente na sub-região do Nordeste Oriental, o que abre novas oportunidades para o desenvolvimento regional.

Em paralelo aos investimentos no PISF, a população rural do semiárido nordestino vem resolvendo o problema do acesso à água via tecnologia inovadora e de baixo custo, como a cisterna de placas, lastro do Programa Um Milhão de Cisternas (P1MC), que continua avançando, embora mais lentamente, em tempos recentes, e que melhorou enormemente a qualidade de vida – especialmente de mulheres e crianças – no meio rural do amplo espaço semiárido. Por sinal, o protagonismo feminino avançou muito e hoje fica evidente nas mudanças da base produtora do bioma caatinga e mesmo na esfera da repre-

sentação política (a Federação dos Trabalhadores Rurais de dois Estados do Nordeste e a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura – CONTAG – são presididas por mulheres).

Outra mudança muito relevante merece destaque: ocorrência de seca prolongada sem emigração em massa e sem “frentes” de emergência. Foi isso que se vivenciou no Nordeste nos anos recentes, onde o longo período de seca foi mais uma vez experimentado. Segundo o Censo Demográfico realizado pelo IBGE em 2022, o Nordeste apresentou uma desaceleração histórica na saída de sua população e, pela primeira vez em décadas, atraiu um fluxo de retorno significativo, especialmente de migrantes que haviam se estabelecido no Sudeste. Certamente o dinamismo de cidades médias interioranas, que também estimulou a migração intrarregional, e a dimensão das políticas assistenciais (com destaque para o Bolsa Família e o Benefício de Prestação Continuada) são fatores que, ao reter população, ajudam a explicar tal mudança.

Esse novo ambiente do amplo espaço semiárido desmonta a velha imagem do Nordeste como uma “terra de arribação”, ainda prevalescente nas regiões mais ricas do País. E ajuda a combater o grave preconceito que atinge os nordestinos nas áreas ricas do Brasil.

Outra mudança muito importante ocorre na disponibilidade de energia e seu acesso pela população regional. Face a um quadro de escassez prevalescente no século passado (mesmo cidades importantes como Fortaleza apresentavam déficit relevante), o Nordeste, em meados do século XX, valeu-se da presença do Rio São Francisco para privilegiar a oferta hidroelétrica, combinando-a, como fez o Brasil, com o petróleo e seus derivados e, em modesta escala, a biomassa advinda da cana de açúcar.

Nas décadas recentes, novos desafios e oportunidades se destacam. Em tempos de crise ambiental mundial, o Brasil engata na transição energética como um dos países líderes, com o Nordeste se destacando positivamente, dado seu enorme potencial para a produção de energias limpas e renováveis (em particular a eólica e a solar) a custos competitivos.

O Nordeste passou, assim, a exportar energia para outras regiões, posto que responde por 86% da produção de energia eólica no Brasil (segundo dados da Associação Brasileira de Energia Eólica) e detém quase 20% da capacidade instalada de energia solar do País, com destaque para os projetos centralizados, em que sua participação é ainda maior (cerca de 70,7%). Sem falar de outros potenciais, como o do etanol e do e-metanol.

Por sua vez, no século XXI, o Programa Luz para Todos, implementado desde 2003, vem mudando a realidade do acesso das famílias mais pobres do País, especialmente as da zona rural, e impacta fortemente o Nordeste.

Olhando para o futuro próximo, segundo a Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL –, cerca de 63% da geração solar e 89% da geração eólica em implementação ou a serem implementadas no País estão no Nordeste.

Tal potencial gera oportunidades, mas enfrenta ameaça importante. As energias limpas abundantes não devem se tornar uma *commodity*, mas atrair investimentos em cadeias produtivas importantes, como a industrial. Ou seja, o desafio do Nordeste é engatar no movimento intitulado *powershoring* (atração de empreendimentos produtivos ligados à oferta de energias limpas, baratas e abundantes na Região – ICS, 2025).

No que se refere aos avanços na industrialização, um destaque merece ser feito. Enquanto o País constrói trajetória na qual prevalece a perda de dinamismo da atividade industrial, a leitura regional deste movimento favorece o Nordeste.

Estudo recente do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) registrou tendência consistente de avanço industrial no Nordeste. Entre 1996 e 2018, o Valor de Transformação Industrial (VTI) do Sudeste e do Sul, somados, reduziu de 85,6% para 77,4%, enquanto o Nordeste trilhou o caminho inverso, com sua produção (medida pelo Valor da Transformação Industrial – VTI) passando de 7,7% para 10,3%, no mesmo período. Além disso, houve uma interiorização interessante da indústria na Região, como demonstra o referido estudo do IPEA que, entre outros trabalhos, trata da desconcentração territorial e da reestruturação da indústria no Brasil (Monteiro Neto, 2021).

Por outro lado, houve a chegada, na Região, de muitas novas indústrias. Um exemplo é o Complexo Industrial Portuário de Suape, em Pernambuco, que conseguiu trazer cerca de 100 empresas para seu Distrito Industrial. Pernambuco havia passado quarenta anos construindo Suape e, no primeiro governo Lula, em um momento favorável da economia nacional, conseguiu transformar Suape numa vantagem competitiva importante para atrair investidores.

Outro complexo industrial portuário importante é o de Pecém, no Ceará, que se reforça com a presença de uma Zona de Processamento (ZPE), assim como o complexo da Bahia, formado pelos portos públicos de Salvador (carga gerais), Aratu-Candeias (focado na petroquímica e graneis líquidos e sólidos) e Ilhéus (forte em minérios e grãos).

Um caso interessante é o da indústria automobilística, posto que a crise deste setor (centradas no Sudeste) contrasta com a escolha do Nordeste para a instalação de iniciativas de nova geração em Pernambuco (Stellantis) e Bahia (BYD).

No que se refere à inovação, estratégica num mundo em ebulição e experimentando uma verdadeira revolução nos padrões técnicos, produtivos e de relacionamento social, o Nordeste vem abrigando iniciativas que merecem destaque.

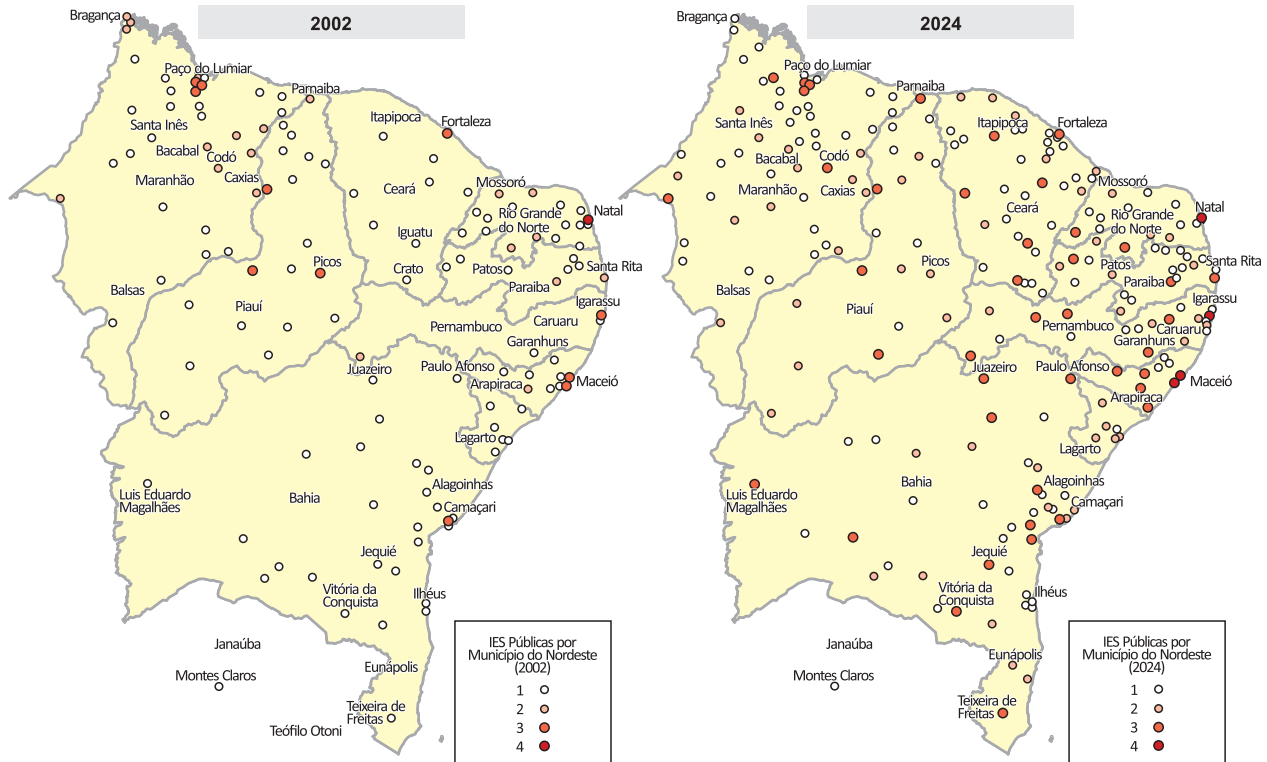
Uma delas são os polos de TIC (tecnologia de informação e comunicação) para o que o Nordeste tem algumas vantagens competitivas, como: i) competentes estruturas universitárias que formam recursos humanos e investem em novas pesquisas; ii) ousadia e articulação de agentes privados e públicos na construção de polos disruptivos, associadas a relevantes políticas de incentivos, que lastreiam experiências como o Porto Digital (Recife) Fundação Parque Tecnológico da Paraíba – PaqTcPB (Campina Grande), Hub de Conectividade (Fortaleza), Parque Tecnológico da Bahia (Salvador); iii) custos operacionais competitivos no que se refere a gastos com pessoal qualificado com relação a outras regiões como o Sudeste e Sul; iv) espírito empreendedor do nordestino, que sabe aproveitar a magnífica diversidade cultural da Região e mesmo seus recursos naturais (úteis, por exemplo, para startups com foco em energias renováveis).

Outra novidade muito importante é a consolidação da rede de cidades médias no Brasil e no Nordeste. Um país urbanizado na costa litorânea experimenta agora o movimento de interiorização do crescimento urbano. E o Nordeste, que abriga a primeira capital do País – Salvador (fundada em 1549) – e a mais antiga capital estadual brasileira – Recife (fundada em 1537) –, ambas litorâneas, participa intensamente desse movimento.

Impulso importante ao desenvolvimento dessas cidades médias veio do movimento de descentralização das Instituições de Ensino Superior no País, que priorizou o Nordeste, onde o crescimento das matrículas foi maior que nas demais regiões brasileiras. Segundo dados do Ministério da Educação, entre 2003 e 2023, as matrículas em cursos de graduação na modalidade presencial experimentaram taxa de crescimento médio anual maiores no Nordeste que na média nacional (3,4% versus 1,3%). Serviços de Saúde (pública e privada) também buscaram se localizar em cidades médias e, assim, reforçaram seu dinamismo (dois exemplos são: Crato-Juazeiro no Ceará e Serra Talhada em Pernambuco). Os mapas, a seguir, deixam clara a ampliação da presença, em especial no interior, das instituições de ensino superior no interior no Nordeste, entre 2002 e 2024.

O investimento em educação superior, além de atuar como elemento dinamizador das economias locais, gerou um ativo novo: jovens qualificados em busca de inserção produtiva que dialogue com os novos tempos. Daí a importância de implementação de iniciativas como: 1) estímulo ao acesso ao primeiro emprego; 2) incentivos a atividades de iniciação à prática profissional em instituições de ensino articuladas com a base produtiva local; 3) incentivos ao desenvolvimento de ambientes que fomentem espaços de trabalho compartilhados em apoio aos empreendimentos da economia criativa; 4) maior acesso aos programas de formação em novas competências que exijam habilidades digitais (a exemplo da cibersegurança, *big data*, *machine learning*, *web design*, marketing digital e desenvolvimento de software); e 5) maior acesso a ambientes promotores de inovação (Consortio Nordeste, 2023).

Figura 1 – Instituições de Ensino Superior (IES) por município do Nordeste em 2002, à esquerda, e em 2024, à direita



Fonte: Censo Superior 2002 e 2024 (MEC). Elaboração própria.

Finalmente, é fundamental não esquecer que, no Nordeste, melhorias no quadro social vêm sendo importantes, apesar da herança aqui antes destacada. Nos últimos 12 anos, resalta estudo da FGV (Monteiro 2025) coordenado por Ataliba, observaram-se melhoras não desprezíveis em alguns indicadores sociais, como um aumento de 26,2% na renda domiciliar *per capita* – o maior avanço entre as regiões brasileiras –, bem acima da média nacional (de 19,1% entre 2012-2023). Por sua vez, segundo o IBGE (IBGE, 2024), entre 2012 e 2023, a população abaixo da linha da extrema pobreza (pessoas que recebem até US\$ 2,15 por dia, o que representa apenas R\$ 209 por mês), diminuiu. A Região Nordeste, embora continue a concentrar o número dessas pessoas em escala nacional, experimentou o maior nível de redução, passando de 14,2 % em 2012 para 9,1% em 2023, contra queda de 6,6% para 4,4% no Brasil.

Cabe ainda salientar que o Nordeste liderou, nas últimas décadas, investimento estratégico em educação básica. O Ceará promoveu uma forte mudança no padrão de oferta no ensino fundamental e Pernambuco fez algo semelhante no ensino médio, sendo hoje, também, uma referência nacional. O Ceará divide com o Paraná o primeiro lugar no Índice de Educação Básica (IDEB) recém-divulgado pelo INEP/MEC. Portanto, embora o Nordeste ainda tenha indicadores educacionais preocupantes, não se podem negar avanços alcançados, hoje observados em outros estados, com destaque para o Piauí.

Visto como líder do atraso em vários indicadores sociais, o estado do Piauí vem fazendo investimentos importantes na Educação. Estudo recente da Secretaria de Planejamento do Piauí/CEPRO mostra que entre 2005 e 2023, o IDEB dos anos finais das escolas públicas do ensino fundamental avançou no Brasil de 3,2 para 4,7 enquanto o do Piauí passou de 2,8 para 4,9. No ensino médio, a mesma tendência é observada, com a média nacional passando de 3,0 para 4,1, e a do Piauí de 2,3 para 4,3. (CEPRO, 2024) Por outro lado, análise do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) no Piauí, realizada pelo PNUD, mostra avanços semelhantes no quadro educacional (PNUD, 2025).

4 UM DESAFIO ESPECIAL: REVISITA AO MODELO DE FINANCIAMENTO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL

O Sistema Público de Financiamento ao desenvolvimento nacional se encontra bem estruturado e ativo no Nordeste, como mostrou o diagnóstico do recente Plano de Desenvolvimento do Nordeste (PNDR), liderado pela SUDENE (CGEE, 2020).

Nele atuam o BNDES, a Caixa Econômica Federal, o Banco do Brasil, o Banco do Nordeste, a Finep, o Sebrae, Agências de Fomento, como o Piauí Fomento (Piauí), AGN (Rio Grande do Norte), AGE (Pernambuco), Desenvolve AL (Alagoas), Desenhahia (Bahia) e bancos cooperativos como Bancoob, Cresol e Sicredi.

Destaque-se ainda a existência do Fundo de Desenvolvimento do Nordeste (FDNE), criado em 2001, tendo a SUDENE como gestora e como agentes operadores o Banco do Nordeste – operador preferencial – e outras instituições financeiras oficiais federais. Além disso, a SUDENE opera, desde 1974 até hoje, um Fundo (FINOR) estruturado com os resquícios do sistema de incentivos fiscais que foi o principal instrumento de financiamento ao ciclo de industrialização nordestina nas décadas recentes.

Em 2024, foi retomado importante instrumento de coordenação e articulação entre os diversos componentes desse Sistema, com a recriação do Comitê Regional das Instituições Financeiras Federais (CORIFF), ligado ao Conselho Deliberativo da SUDENE.

Nesse contexto, merece destaque o papel do banco regional – o pioneiro BNB, fundado em 1952 – que consolidou sua relevância no financiamento do desenvolvimento regional ao ser reforçado pelo Constituinte de 1988 para assumir a gestão do Fundo Constitucional (FNE), que prevê aplicar R\$ 47,3 bilhões em 2025, um aumento de 18,5% em relação a 2024.

Ao mesmo tempo em que protagoniza investimentos de empresas de grande e médio porte, o BNB se destaca no financiamento a ousados e inovadores programas de microcrédito produtivo orientado (Crediamigo e Agroamigo), que vêm possibilitando a inclusão financeira de milhões de pequenos empreendedores e agricultores familiares nordestinos.

Por sua vez, iniciativa voltada à sustentabilidade ambiental e à transição energética, como o “FNE Verde”, demonstra a capacidade do BNB de apoiar o Nordeste no aproveitamento de oportunidades contemporâneas e estratégicas, enquanto o “FNE Saúde” reforça a capacidade nordestina de ter protagonismo na Nova Indústria Brasil (NIB), que tem na expansão do Complexo Econômico-Industrial da Saúde (CEIS) uma de suas missões prioritárias.

Para o fomento à inovação, destacam-se os Fundos de Investimento em Participações (FIPs), como o CRIATEC, iniciativa do BNDES (através do BNDES PAR) que envolve também o BNB e que foca em médias, pequenas e microempresas inovadoras. Em paralelo, as Fundações de Amparo à Pesquisa (FAPs), lideradas pela maioria dos governos estaduais da Região, assim como a EMBRAPII (organização social do governo federal que apoia a pesquisa e a inovação industrial).

Mais recentemente, o Nordeste vem avançando, embora mais lentamente que outras regiões do País, na utilização do modelo de Concessões e Parcerias Público-Privadas (PPPs) na viabilização financeira de projetos de maior porte (com destaque para o setor de Saneamento Básico).

Entre as agências internacionais, o Nordeste tem contado com a presença importante do Banco Mundial (BIRD) e do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), havendo, recentemente, negociações estratégicas com o Banco dos BRICS.

Como se vê, o desenvolvimento nordestino tem mobilizado um amplo e diversificado conjunto de instrumentos de financiamento, que se depara, hoje, com as mudanças ressaltadas aqui em capítulo anterior. O lastro é consistente, mas mudanças são necessárias.

O “financiamento verde” – associado aos novos tempos de crise ambiental – é cada vez mais um desafio central para o desenvolvimento do Nordeste. Um dos textos desta coletânea discute o papel crucial

das instituições financeiras de fomento para a mobilização de recursos de longo prazo e para a criação de um ambiente de negócios que atraia indústrias de alto consumo energético e cadeias de valor verdes.

Assim, a maioria dos artigos que integram esta coletânea patrocinada pelo BNB tem foco na problemática do financiamento a projetos de desenvolvimento inovadores.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apesar dos avanços obtidos e do esforço para sintonizar com os desafios e oportunidades dos novos tempos, um maior protagonismo do Nordeste nas principais esferas de decisão do País é central.

Face a um novo momento de escolhas estratégicas para o futuro do Brasil, a articulação entre políticas públicas nacionais e regionais e entre poder público, a academia e organizações da sociedade (com e sem fins lucrativos) é central para criar um novo ambiente no Nordeste, tirando proveito das novas oportunidades já latentes.

A ênfase na inovação e no enfrentamento dos desafios herdados e a implementação de iniciativas voltadas para aproveitar as oportunidades que surgem nesse novo momento mundial são elementos centrais de novas propostas para o desenvolvimento regional.

Olhando para os desafios e oportunidades do futuro, importante destacar que o Brasil, e em especial o Nordeste, tem na cultura e no meio ambiente suas principais riquezas. E a diversidade é a marca mais relevante de ambas. Esta rica diversidade tem evidenciado a importância que uma política e uma gestão inovadora na área da cultura têm para o desenvolvimento de regiões, como é o caso de Medellín, Colômbia, como destaca Jorge MELGUIZO, ex-secretário da Cultura de Medellín/Colômbia.

Uma política nacional de promoção da cultura, adotada como prioritária e inovadora para o Brasil, pode iluminar uma nova política de desenvolvimento para o Nordeste. Celso Furtado, em meados do século passado, priorizou investimentos na indústria de transformação, ao propor a SUDENE, mas, no final de sua vida, já de volta do exílio, chamou a atenção para novas prioridades, dentre as quais um olhar disruptivo para o investimento em meio ambiente e na cultura.

Outra oportunidade, que se apresenta igualmente como um desafio, é a implementação da Reforma Tributária, que extingue os incentivos fiscais (via ICMS) e cria o Fundo Nacional de Desenvolvimento Regional. A formatação inicial desse Fundo é questionável, mas sua existência abre espaço para uma rediscussão sobre prioridades para o desenvolvimento do Nordeste no século atual.

Por sua vez, o financiamento estratégico de longo prazo – para o que a Região já conta com atores relevantes e uma experiência positiva – é um ponto central do debate contemporâneo sobre o desenvolvimento nordestino.

A coletânea aqui apresentada fornece análises e subsídios valiosos para a necessária construção de iniciativas inovadoras que visem à promoção do desenvolvimento do Nordeste.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, T. B. Nordeste, Nordestes: que Nordeste? In: AFFONSO, R. de B. A.; SILVA, P. L. B. (Org.). **Desigualdades regionais e desenvolvimento**. São Paulo: FUNDAP. Ed. UNESP, 1995. p. 125-156.

_____. Nordeste: desenvolvimento recente e perspectivas. In: GUIMARÃES, P. F.; AGUIAR, R. A. de; LASTRES, H. M. M.; SILVA, M. M. da (Org.). **Um olhar territorial para o desenvolvimento: Nordeste**. Rio de Janeiro: BNDES, 2014. p. 540-560.

BECKER, B. **Amazônia: geopolítica na virada do III Milênio**. 2ª edição. Rio de Janeiro: Garamond, 2009. 168 p.

BRASIL, BRASIS: reconfigurações territoriais da indústria no século XXI. MONTEIRO NETO (Org.); SILVA, R. de O.; SEVERIAN, D. Brasília: IPEA, 2021. 541 p. ISBN: 978-65-5635-020-2. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.38116/978-65-5635-020-2>

CEPRO – FUNDAÇÃO CENTRO DE PESQUISAS ECONÔMICAS E SOCIAIS DO PIAUÍ. SE-PLAN - SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO DO PIAUÍ. **Evolução dos principais indicadores socioeconômicos do Piauí**. Teresina, 2024.

CGEE - CENTRO DE GESTÃO E ESTUDOS ESTRATÉGICOS. SUDENE – SUPERINTENDÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE. **Plano Regional de Desenvolvimento do Nordeste (PRDNE)**: Proposta de Modelo de Financiamento. Brasília, novembro, 2020.

CONSORCIO NORDESTE. **Nordeste: prioridades para o reposicionamento no desenvolvimento inclusivo e sustentável brasileiro**. Outubro, 2023.

FURTADO, C. **Criatividade e Dependência na civilização industrial**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978. 181 p.

GTDN - GRUPO DE TRABALHO DO DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE. **Uma política de desenvolvimento econômico para o Nordeste**. Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional, 1959.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Síntese dos Indicadores Sociais**, 2024. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/9221-sintese-de-indicadores-sociais.html>.

ICS - INSTITUTO CLIMA E SOCIEDADE. CEPLAN - CONSULTORIA ECONÔMICA E PLANEJAMENTO. **Powershoring e Desenvolvimento Regional no Nordeste**, fevereiro, 2025.

MEC – MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. INEP - INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. **Censos de Educação Superior de 2003 e 2023**. Disponível em: [Censo da Educação Superior – Base dos Dados](#).

LEITÃO, C. S. (Org.) **Criatividade e emancipação nas comunidades-rede**. São Paulo: Itaú Cultural; WMF Martins Fontes, 2023. 400 p.

MONTEIRO, S. (Org.). ATALIBA, F. Um plano para o Nordeste: especialistas debatem diagnósticos e medidas para impulsionar o desenvolvimento socioeconômico da região. **Conjuntura Econômica**, Rio de Janeiro: FGV, v. 79, n. 6, p. 44-59, 2025. ISSN 0010-5945.

PNUD – PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO. **Medidas de Desenvolvimento Humano e políticas públicas no Piauí 2000-2024**. Brasília, fev., 2025. 100 p.